

SUDOESTE GOIANO: DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA AO AGRONEGÓCIO

The Southwest Goiás: from Modernization of Agriculture to Agrobusiness

Roberto Eduardo Castillo Pizarro¹

Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

Artículo original, recibido: Agosto, 2017 // Aceptado: Diciembre, 2017

RESUMEN

La década de 1960 marcó el proceso de Modernización de la Agricultura en la Región Suroeste de Goiás con la sustitución del pastoreo extensivo de la producción de ganado por los cultivos de cereales (arroz, maíz y soya) a través de los paquetes de tecnología. Los años 1980 y 1990 se materializó la industrialización de la agricultura que intensifica la relación entre producción y plantas agroindustriales que se instalan en la región. Los finales de 1990 y principios del siglo XXI el Agronegocio se consolida con la instalación de la unidades agroindustriales de la BRF (procesador de aves y carne de cerdo). Fue posible el proceso de apropiación del espacio y los elementos de espacio Región del Suroeste por las condiciones naturales (suelo, clima, topografía, hidrografía y pluviosidades), concentración de la tierra

ABSTRACT

The 1960s marks the process of agriculture modernization in the Southwest Region of the State of Goiás, Brazil, with the substitution of extensive grazing of beef cattle production for grain crops (rice, corn and soybeans) through the Technology Package. From the 1980s to the 1990s, the Industrialization of Agriculture became a reality, which intensified the relations between agricultural production and industrial plants that settled in the region. In the late 1990s and early twenty-first century, agribusiness consolidated itself with the installation of BRF (processor of poultry and pork) agro-industrial units. Natural conditions (soil, climate, topography, hydrography and pluviosity), land concentration, and public policies and financing, enabled the process of appropriation of space and

¹ Doutorando em Geografia em Geografia na Universidade de Brasília (UnB). Linhas de pesquisas: Agronegócio, Geografia Regional e Geografia Econômica. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC – Instituto Central de Ciências – Departamento Pós-graduação em Geografia- Asa Norte –Ala Norte SubSolo Caixa Postal 4496 – Cep. 70904-970 Telefone: +55 64 8161-1107. E-mail: roberto.pizarro@ifgoiano.edu.br

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Linhas de pesquisa: Brasil Central, Geografia Regional e Geografia Econômica. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC – Instituto Central de Ciências – Departamento Pós-graduação em Geografia- Asa Norte – Ala Norte SubSolo Caixa Postal 4496 – Cep. 70904-970 Telefone: +55 61 9983-4260. E-mail.com: flasobrinho@gmail.com

y las acciones de las políticas públicas y financiamiento. La investigación utiliza datos de los Censos Agropecuarios y Demográficos del Instituto Brasileiro de Geografía y Estadística (IBGE) y del Instituto Borges Mauro (IMB) para demostrar que la agroindustria es la forma actual de apropiación zonas agrarias y urbanas del Suroeste Goiano por el capital financiero e industrial.

Palabras clave: Geografía Agrária, Sudoeste Goiano, Agronegócio.

space elements from the Southwest Region. The research uses data of the agricultural demographic censuses from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Mauro Borges Institute (IMB) to demonstrate that agribusiness is the current means of appropriation of agrarian and urban areas in the Southwest of Goiás by the financial and industrial capital.

Key words: Agrarian Geography, Southwest of Goiás, Agribusiness.

INTRODUÇÃO

O espaço e seus elementos são apropriados pelo sistema capitalista por meio das suas ações em tornar quase tudo em mercadoria e lucro. Tal processo é resultado das ações produtivas e até mesmo especulativas que o capital faz pelos fluxos (dinheiro e mercadorias), infraestrutura, migrações etc. O espaço agrário não é mais um simples fornecedor de matérias-primas para as cidades e as indústrias. O país transforma-se, ou melhor, as regiões escolhidas pelo capital e as ações das políticas públicas, em Regiões Produtoras do Agronegócio.

Pensar o Agronegócio como algo finalizado, com sua gênese a partir dos anos de 1990 no Sudoeste Goiano é um equívoco. Este é apenas mais um estágio de apropriação do espaço pelo capital financeiro e industrial. Todo processo capitalista de produção, o ato de apropriação do espaço e seus elementos, o Agronegócio teve suas bases concretadas na década de 1960 com a Modernização da Agricultura.

Neste artigo vamos caracterizar a Região Sudoeste Goiano nos aspectos socioambientais, e assim destacar as potencialidades naturais dos Cerrados para a introdução das grandes lavouras de grãos (soja e milho). Explicaremos o que é e de que maneira a Modernização da Agricultura ocorre na Região com destaque para os três principais municípios, atualmente possuem unidades industriais da BRF, Rio Verde, Jataí e Mineiros. Com processo de Industrialização da Agricultura a intensificação e aproximação das relações da agricultura com as plantas

industriais têm a construção dos Complexos Agroindustriais (CAIs). E finalmente a constituição do Agronegócio como apropriador dos elementos do espaço do Sudoeste Goiano. Temos, portanto, um movimento contínuo do capital financeiro e industrial com o aporte de políticas e financiamentos públicos para reproduzir as relações capitalistas no espaço rural e urbano da região.

CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS DO SUDOESTE GOIANO

O estado de Goiás localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil e está dividido em dez Regiões de Planejamento conforme os critérios do governo de Goiás. O Sudoeste é composto por 26 municípios, ocupa uma área de 61.498,56 km² (18,92% do estado de Goiás) e seu domínio morfoclimático é do Cerrado. Domínio Morfoclimático dos ocupa 2 milhões de Km², concentrando sua área nuclear na região do Planalto Central.

Coutinho (2002) caracteriza os Cerrados com clima dominante é tropical sazonal (invernos secos), médias térmicas anuais entre 22°-23°C. Invernos apresentam altas amplitudes térmicas diárias com máximas de 40°C e mínimas próximas a 0°C. Precipitações anuais entre 1.200 até 1.800 mm e concentram-se nos meses de primavera e verão (outubro até março). Entre os meses de maio a setembro não é raro termos meses secos.

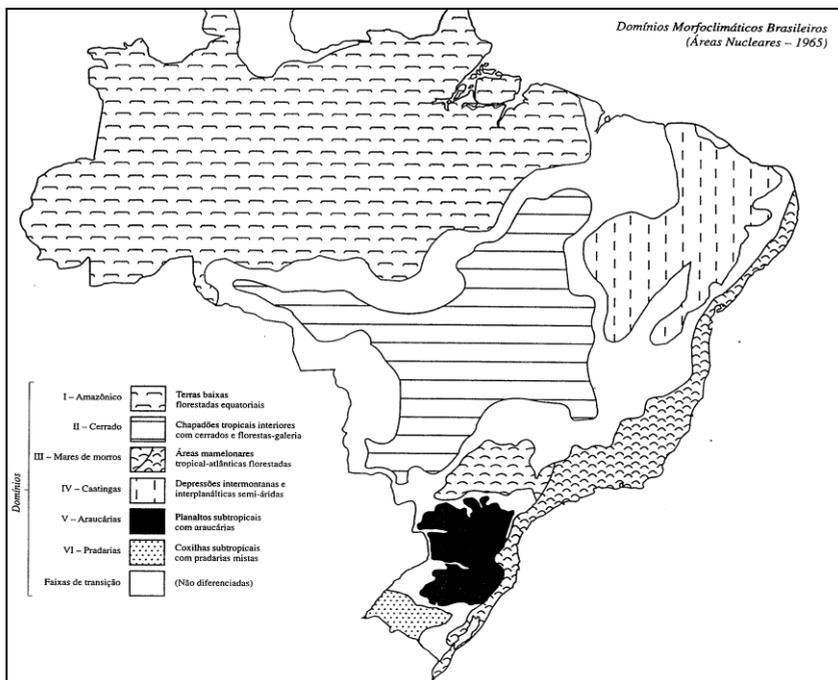
O relevo caracteriza por ser plano ou com pequenas ondulações, estendendo-se por imensos planaltos e chapadões. Cerca de 50% estão em altitudes 300-600m acima do nível do mar. Fundos dos vales são ocupados por mata galerias, veredas e varjões.

Figura 1. Regiões de Planejamento: Sudoeste Goiano



Fonte: Ab´Sáber, Aziz Nacib (2013).

Figura 2. Domínios Morfoclimáticos Brasileiros: áreas nucleares 1965



Fonte: Ab'Sáber, Aziz Nacib. (2003, p.16)

Os solos são profundos, porosos, permeáveis, com boa drenagem e profundamente lixiviados. Possuem texturas, predominante, a fração de areia, seguidos de argila e silte. Assim apresentam características predominantemente arenosas, areno-argilosos e eventualmente argilo-arenosos. São de baixo teor orgânico, com pH que variam de 4 a um pouco mais de 5. Em alguns pontos podem apresentar concreções ferruginosas – cangas as quais dificultam a infiltração das águas das chuvas.

A vegetação e a flora apresenta-se como um mosaico de formas fisionômicas, que vão de campo sujo (cerradão), para campo cerrado e campo cerrado ou campo limpo. Há dois tipos de estrato na vegetação dos cerrados: o lenhoso (árvores e arbustos) e o herbáceo (subarbustos). Ambos são heliófilos e a vegetação arbórea e arbustiva possui troncos e ramos tortuosos, súber espesso, macrofilia e esclerofilia. As raízes das plantas podem atingir 10 a 15m de profundidade permitindo abastecer-se permanente da umidade dos solos, mesmo no período das estiagens. A vegetação herbácea e subarbustiva é perene, com bulbos, xilopódios,

sóboles etc, que permitem sobreviver à seca e ao fogo. Possui raízes com pouco mais de 30cm e as folhagens são aéreas, anuais, secando e morrendo durante a estação seca. São mais de 3mil espécies, sendo 80% da flora herbáceo-arbustiva. Fauna é pouco conhecida, porém sabe-se que é rica, destacando-se o grupo dos insetos.

As atividades econômicas giram em torno da produção agropecuária (soja, milho, cana-de-açúcar, gado de bovino de corte e leite) e agroindustriais com destaque para o processamento de grãos, aves, suínos, indústria de laticínios e as usinas sucroenergéticas.

A população do Sudoeste é de 601.040 habitantes (IMB, 2013), dos quais 89,6% moram nas cidades. O total da população correspondente a 9,34% do estado de Goiás e as maiores cidades são Rio Verde (197.048 hab.), Jataí (93.759 hab.) e Mineiros (58.062 hab.). Nestas localizam-se as principais unidades agroindustriais, agências bancárias, órgãos públicos estaduais e federais, importantes prestadores de serviços e lojas para atender as atividades agropecuárias e agroindustriais e também as maiores unidades de serviços da saúde e educação.

A FORMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO SUDOESTE GOIANO

O processo de apropriação do Sudoeste Goiano pelo agronegócio pode ser descrito e explicado pelo movimento do capital industrial e financeiro os quais realizam, ao longo do tempo preparando ações para a reprodução do capital e suas relações.

Entre os fatores que viabilizam a apropriação de um espaço/território pelo capital destacamos a viabilidade econômica, política, tecnológica e natural.

O Sudoeste Goiano apresentou tais fatores para implantação da Modernização da Agricultura ou, seja, existiam na década de 1960 recursos econômicos provenientes dos empréstimos do Estado brasileiro junto aos bancos internacionais e FMI (Fundo Monetário Internacional), políticas públicas de fomento agropecuário, Pacotes Tecnológicos e recursos naturais propícios como terrenos com poucas declividades, chuvas regulares entre 1400 a 1800mm/ano, temperaturas médias anuais entre 23-25°C, verões chuvosos e invernos secos, solos de fácil correção de pH por meio do uso de calcário apesar da baixa fertilidade natural.

Os dados sobre a Modernização da Agricultura serão do município de Rio Verde isto devido a dois fatores. Primeiro, o critério da divisão regional em Regiões de Planejamento não coincidem com as do IBGE; segundo, após 1991 surgiram municípios desmembrados, principalmente de Rio Verde e Jataí e terceiro Rio Verde é a base da implantação das ações de políticas públicas e das unidades agroindústrias a partir de 1973 e ainda, foi o primeiro município a receber a unidade agroindustrial da BRF, marco do Agronegócio no Sudoeste Goiano.

Modernização da agricultura

A Modernização da Agricultura foi a expansão das técnicas e tecnologias aplicadas durante a Revolução Verde da década de 1950, estas eram desenvolvidas pelos países centrais produtores de tais inovações produtivas as quais introduziram nos espaços dos países mais periféricos do sistema capitalista aproveitando-se não apenas das potencialidades naturais (solos, climas, topografias, hidrologia etc.), mas sobretudo das benesses políticas e econômicas dadas pelos Estados de tais países.

O capitalismo e suas relações sociopolíticas e econômicas são impostas: políticas públicas, exploração incessante dos elementos naturais, trabalho assalariado, as inovações técnicas e tecnológicas, expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, recursos financeiros dos empréstimos públicos, fomenta as desigualdades regionais entre os estados brasileiros, acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006).

Segundo Kageyama (1990: 113), a modernização da agricultura se define como

[...] a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos e etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.

O Brasil, em especial o Sudoeste Goiano não ficaram inumes a tais inovações tecnológicas no campo. Vale destacar que a estrutura agrária nacional caracterizada desde os primórdios da invasão portuguesa no

século XVI consolidou-se através das grandes concessões de terras e posteriormente a solidificação das grandes propriedades rurais.

A Modernização da Agricultura no território nacional só foi possível por meio das políticas públicas que subsidiaram a implantação de tais inovações tecnológicas e com destaque para os denominados Pacotes Tecnológicos. Esta Modernização fez parte dos planos de desenvolvimento dos governos militares da década de 1960, caracterizava-se pela intervenção direta do Estado na produção do espaço agrário, em destaque nas áreas dos Cerrados e da Amazônia.

O processo de Modernização da Agricultura integrava um grande projeto de desenvolvimento da economia nacional que teria por objetivos inserir o país na categoria dos países desenvolvidos. Também esta modernização objetivava ampliar os vínculos das atividades agrícolas com as industriais e isto fomentou as modificações da agricultura em decorrência da necessidade de criar novas formas de financiamento para setor industrial.

A Modernização da Agricultura consistiu na introdução de novas técnicas e tecnologias no setor produtivo agropecuário brasileiro e de vários países subdesenvolvidos. O conceito de Modernização e Industrialização da Agricultura é preeminente para a compreensão das políticas públicas adotadas no Brasil a partir da década de 1960.

Esta Modernização foi um processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro por meio da inserção do trabalho assalariado, das inovações técnicas e tecnológicas, da expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, pelos recursos financeiros dos empréstimos públicos ao setor agropecuário, fomentando as desigualdades regionais entre as unidades da federação e dos países e o acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006). Segundo Kageyama (1990: 113), a modernização da agricultura se define como

[...] a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos e etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.

Observa-se que a modernização da agricultura modificou as relações da pecuária bovina extensiva, com utilização de mão-de-obra desqualificada, poucos ou mesmo nulos investimentos tecnológicos na produção. Estas modificações da base técnica da agricultura ocorrem com a implantação dos Pacotes Tecnológicos, conforme Aguiar (1986: 42), [...] pode-se definir pacote tecnológico como conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agronômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa.

Os Pacotes Tecnológicos são a necessidade e a viabilidade do aumento da produção e da produtividade agrícola, proporcionando a inserção desta atividade econômica no cenário econômico nacional e internacional.

Apesar de não serem considerados como um todo de políticas públicas, e sim partes (linhas de crédito para calagem dos solos, utilização de fertilizantes etc.), os Pacotes Tecnológicos são classificados como intervenção do Estado na produção agrícola do país na década de 1970, proporcionando o aumento da produção agrícola de produtos exportáveis (entre eles soja e milho). Criam-se novos mercados consumidores de produtos industrializados de empresas multinacionais (máquinas, agrotóxicos e fertilizantes).

O aumento da produtividade reduzia os preços dos alimentos combatendo os altos índices inflacionários, expandia as fronteiras agrícolas e/ou econômicas aos vazios nacionais, integrando-os ao cenário da economia nacional. Compreender os Pacotes Tecnológicos como produção de tecnologia nacional seria um equívoco. Aguiar (1986) afirma que estes representam a transferência de tecnologia dos países centrais para os periféricos, pois as tecnologias aplicadas são produzidas nos centros de pesquisas dos países desenvolvidos e propagadas pelas empresas multinacionais. A produção de tecnologia ocorreria para Aguiar (1986: 48),

[...] muito mais que uma simples cópia de modelo organizacional, estava-se diante da montagem de uma complexa e eficiente rede de transferência internacional de conhecimentos tecnológicos – ou, com maior, de difusão internacional da capacidade de uso de determinados padrões tecnológicos -, à qual se associaram, também, os cursos de ciências agronômicas das

universidades dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos.

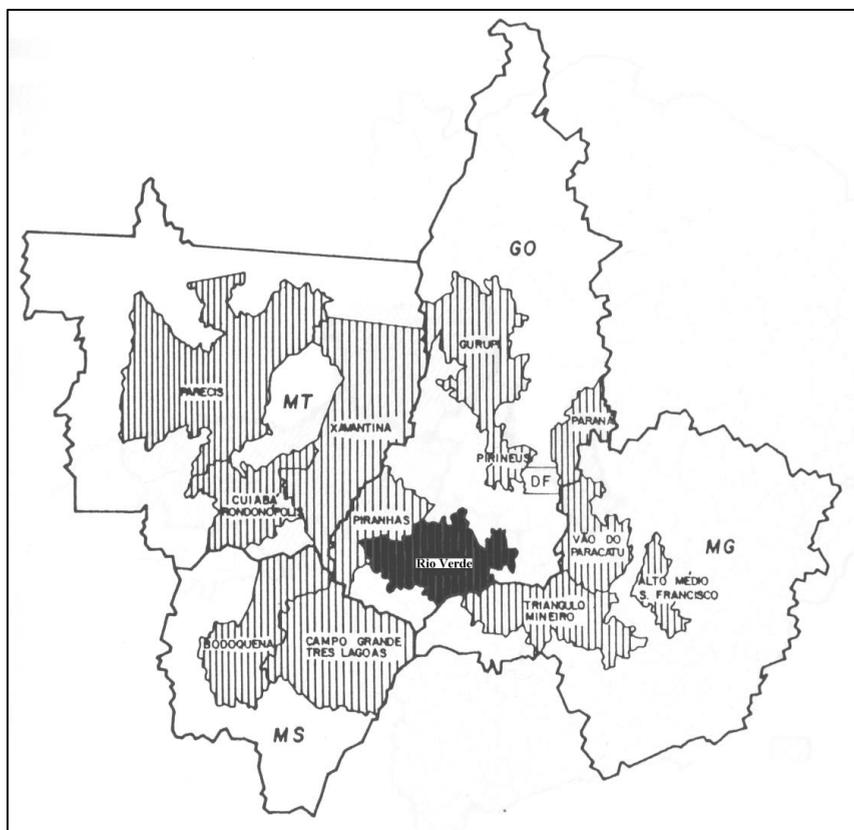
Esta transferência de tecnologia não permitiu autonomia do setor produtivo brasileiro, pelo contrário, aumentou a dependência da produção nacional agropecuária à tecnologia importada dos países desenvolvidos economicamente.

O avanço do uso dos adubos químicos, da mecanização, da especialização da monocultura e os recursos financeiros, levaram a produção agropecuária à dependência dos setores não-agrícolas para existência da manutenção da vida no campo (Balsan, 2006).

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi essencial para as transformações das atividades agropecuárias, porém não podemos detectar exatamente suas ações devido a não coincidência dos limítrofes municipais com as áreas beneficiadas pelo programa.

Através da introdução dos Pacotes Tecnológicos, correção dos solos por meio da calagem, utilização de máquinas agrícolas, uso de sementes melhoradas de milho e soja entre outros, as terras do município de Rio Verde, como as do Sudoeste de Goiás, até então não aproveitadas pela agricultura comercial, foram adaptadas e apresentaram grande potencial para a modernização da agricultura. Contrariando a sua tradicional condição de região produtora de pecuária extensiva, passa para a agricultura comercial de grãos com mercados interno e externo garantido.

Figura 1. Polocentro



Fonte: Fundação João Pinheiro (1985)
Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Além das inovações tecnológicas dos Pacotes Tecnológicos, a existência de créditos subsidiados e políticas públicas fomentaram as transformações do espaço agrário do Sudoeste Goiano.

Tabela 1. POLOCENTRO – Área de Rio Verde: Cronograma financeiro de Programas e Projetos

(valores em Cr\$ 1.000,00 e relativos total geral do ano = 100%)						
Programas e Projetos	1975	%	1976	%	1977	%
	15.555	54,06	22.311	66,77	9.067	40,93
1. Armazenamento						
	7.000	24,33	11.000	32,92	4.0810	18,42
Armazém em Rio Verde						
Armazém em Jataí	7.000	24,33	9.030	27,02	4.080	18,42
Reserva técnica	1.555	5,40	2.231	6,68%	907	4,09
2. Transportes	9.473	32,92	7.369	22,05	9.243	41,73
BR 364/ Jazida Perolândia	3.000	10,43	-	-	-	-
Rio Verde/ Jazida Montividiu	6.000	20,85	-	-	-	-
Estradas Rurais	-	-	7.000	20,95	8.780	39,64
	473	1,64	369	1,10	463	2,09
Reserva técnica						
3. Energia	3.300	11,47	-	-	-	-
	825	2,87	-	-	-	-
LT 364/Perolândia						
LT Rio Verde/Montividiu	2.145	7,46	-	-	-	-
Reserva técnica	300	1,04	-	-	-	-
4. Pesquisa Agropecuária	444	1,54	3.735	11,18	3.842	17,34
	400	1,39	1.850	5,54	1.100	7,65
Unidade de pesquisa						
	-	-	847	2,53	1.694	7,65
Condução de projetos de pesquisa						
Apoio aos projetos de pesquisa	-	-	738	2,21	738	3,33
	44	0,15	300	0,90	310	1,40
Reserva técnica						
5. Total Geral	28.772	100,00	33.415	100,00	22.152	100,00

Fonte: SUDECO, “POLOCENTRO – Documento Base”, 1975 - in CAMPOS, 1999

Organizado por Roberto Eduardo Castillo Pizarro

A implantação da agricultura comercial foi resultado dos investimentos do POLOCENTRO devido à construção de infraestrutura que viabilizou o sistema viário, construindo vias de circulação para o escoamento da produção agrícola local. Isso gerou créditos subsidiados, colocando à disposição dos produtores rurais montantes financeiros que possibilitaram a compra dos Pacotes Tecnológicos; permitiu a construção da rede armazenadora que garantiu a estocagem da produção agrícola por intermédio do AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimos do Governo Federal); proporcionado proteção dos preços dos grãos produzidos na região em relação aos da região sul do país.

Os planos de desenvolvimento do país foram permeados de interesses de favorecimento de regiões e de determinadas classes sociais locais que utilizavam estes planos para benefícios privados. No caso de Rio Verde, os grandes proprietários de terras conseguiram manter seus latifúndios plantando grãos, justificando a concentração fundiária, e ainda, conseguiram produzir novos produtos com subsídios estatais, e acumulando, com isso capital devido às políticas de preços mínimos e de aquisições da produção pelo Governo Federal. Segundo Hess (1987: 200), [...] as políticas públicas beneficiavam as grandes empresas agropecuárias e incentivavam, basicamente, a ocupação de grandes extensões de terras, principalmente de áreas novas, através da concessão de incentivos fiscais, facilidades para obtenção de crédito agrícola, subsídios à exportação e política de preços mínimos.

Estabelecendo um paralelo das ideias de Aguiar (1986) e Hess (1987), podemos assinalar os reais objetivos do planejamento dos governos militares e da inserção da agricultura no plano econômico nacional, promovendo nos “vazios demográficos” relações econômicas centradas nos representantes da classe dominante dos grandes grupos econômicos e a continuação da concentração fundiária nacional que já ocorria desde o século XVI.

Com o intuito de promover um processo de acúmulo de capital nas fronteiras agrícolas, o Estado realiza investimentos no setor de infraestrutura. Destacamos a construção de estradas vicinais, eletrificação rural e implantação de beneficiamento e armazenagem de produtos agrícolas, principalmente soja e arroz, sendo o primeiro destinado para o mercado externo o que condizia com os interesses do Estado (Hess, 1987). Esta modernização da agricultura é considerada de cunho conservador em decorrência da ampliação da concentração fundiária, a facilidade de empréstimos com juros subsidiados às grandes propriedades produtoras de grãos, mostrando uma clara diferença entre a agricultura comercial e a de subsistência.

As linhas de crédito favoráveis e os investimentos em infraestrutura garantiram não apenas os privilégios das grandes propriedades agrícolas, mas realmente legitimaram a sua existência, desacreditando nas ideias de reforma agrária incitada antes dos governos militares.

A ideia essencial da modernização da agricultura encontra-se no fato de promover uma produção agrícola em escala comercial, associada à

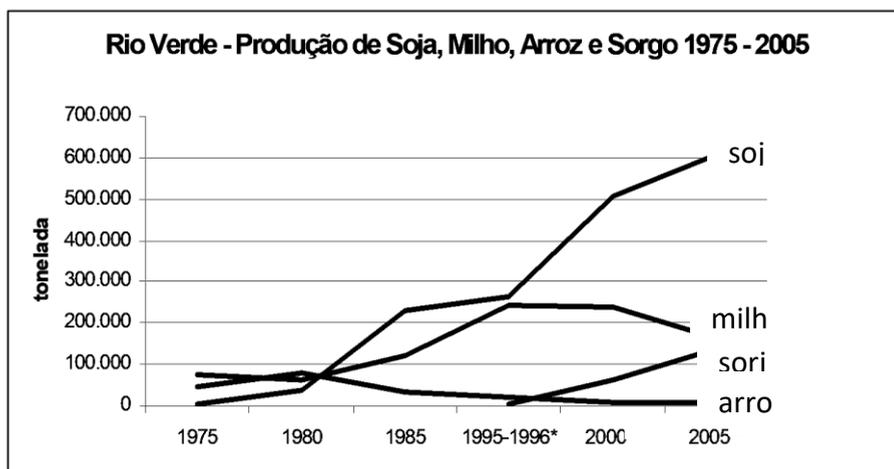
ideia do novo, da necessidade de o Brasil ser o “país do futuro” através de uma agricultura moderna na utilização das técnicas, porém arcaico e reacionário no acesso ao um bem de produção que é a terra.

Os incentivos das políticas públicas repercutiram na produção de grãos que se alastrou pelo Cerrado do Brasil dos anos da década de 1970 até os dias atuais.

A primeira cultura introduzida nas áreas de cerrado durante o processo de modernização da agricultura foi o arroz. Este produto agrícola é considerado como um “amansador” dos cerrados, ou seja, permitiu a melhoria nas condições naturais dos solos, proporcionando posteriormente a introdução, da soja e do milho.

São comuns os relatos de agricultores sobre os primeiros anos da década de 1970: cultivavam o arroz, não apenas para melhorar as condições dos solos, mas por motivos comerciais. Vale destacar que os preços na época eram atrativos e os estados da região Sudeste do Brasil eram mercados consumidores certos da produção.

Figura 2. Rio Verde - Produção de Soja, Milho, Arroz e Sorgo 1975-2005



Soma total da produção dos municípios de Rio Verde, Castelândia, Montividiu e Santo Antônio da Barra³. **Dados somente do atual município de Rio Verde
 Fonte: IBGE Censos Agropecuários e PAM (Produção Agrícola Municipal)
 Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro.

A importância do arroz pode ser percebida desde 1965, com a instalação dos armazéns da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Estes eram estruturados para o recebimento do arroz da região e serviam ainda de estoques reguladores do governo, como também se prestaram para garantir a expansão das fronteiras agrícolas da época através dos incentivos estatais.

O arroz passa a perder sua importância agrícola nas áreas de cerrado em decorrência da expansão das lavouras de soja que despertam interesse maior nos agricultores, pois seus preços são mais atrativos que os do arroz.

A produção de arroz também é reduzida, pois tal produto é destinado ao mercado interno e as políticas governamentais das décadas de 1980 e 1990 privilegiam os produtos agroexportáveis, além de o arroz nacional sempre ter a concorrência do produzido no Uruguai e a Argentina.

³ Do município de Rio Verde, emancipam-se o município de Montividiu (1987), Castelândia (1991) e Santo Antônio da Barra (1992), desta forma para os dados dos censos de 1995-96 inserimos dados dos respectivos municípios no município de Rio Verde para compararmos a área original dos censos de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Para Castro e Fonseca (1995), a redução da produção da área de arroz deve-se ao fato de a cultura ser essencial para a abertura da fronteira agrícola, tanto no controle das pragas através da rotação de cultura para evitar problemas sanitários da monocultura, mas também por ceder espaço para um padrão produtivo elevado e de uma produção estável de grãos em grande escala.

No período de 1980-1985, o número de no município de Rio Verde, Jataí e Mineiros atingem a altas cifras ao contrário do período anterior, sendo maior que as médias do Brasil, do Centro-Oeste e de Goiás. Isto é explicado pela facilidade de aquisição de máquinas com financiamentos subsidiados para produtores das áreas dos cerrados, como também em função das potencialidades naturais do município que possibilitavam altos índices de produção e produtividade dos grãos.

Tabela 1. Brasil, Centro-Oeste, Goiás, Rio Verde, Jataí e Mineiros:
Número de Tratores: 1975 –1995/6

Ano	Regiões e Unidades da Federação	Número de Tratores	Crescimento relativo ao período anterior
-1975	Brasil	323.113	-
	Centro-Oeste	29.032	-
	Goiás	13.634	-
	Rio Verde	879	-
	Jataí	287	-
	Mineiros	96	-
1980	Brasil	545.205	68,74%
	Centro-Oeste	63.391	118,35%
	Goiás	27.600	102,44%
	Rio Verde	1.438	63,59%
	Jataí	569	98,26%
	Mineiros	330	243,75%
1985	Brasil	665.280	22,02%
	Centro-Oeste	86.233	36,03%
	Goiás	33.548	21,55%
	Rio Verde	2.343	62,93%
	Jataí	1043	83,30%
	Mineiros	634	92,12%
1995/96	Brasil	803.742	20,81%
	Centro-Oeste	114.684	32,99%
	Goiás	43.313	29,11%
	Rio Verde	2.894* (2.137**)	23,52%

Jataí	1.127	8,05%
Mineiros	702	10,73%

* Soma dos municípios de Castelândia, Montividiu e Santo Antônio da Barra

**Dados do atual município de Rio Verde

Fonte: IBGE Censos Agropecuários

Os dados são mais surpreendentes no que se refere à utilização de máquinas para plantio e colheita. Nos períodos de 1985 e 1995-96, o crescimento do número de colhedoras e tratores sofre significativas reduções, devido à diminuição dos recursos públicos com juros baratos e ao fato destes equipamentos terem um período de depreciação longo, não necessitando de aquisições em curtos espaços de tempo.

Tabela 2. Brasil, Centro-Oeste, Goiás e Rio Verde: Número de Máquinas para Colheita e Plantio de 1975 – 1995/6

Ano	Regiões e Unidades da Federação	Número de Máquinas	Crescimento relativo ao período anterior (%)
1975	Brasil	84.707	-
	Centro-Oeste	5.260	-
	Goiás	2.569	-
	Rio Verde	184	-
	Jataí	70	-
	Mineiros		
1980	Brasil	405.692	378,9
	Centro-Oeste	42.416	706,4
	Goiás	19.750	665,8
	Rio Verde	1.208	556,5
	Jataí	712	917,1
	Mineiros		
1985	Brasil	452.486	11,5
	Centro-Oeste	55.238	30,3
	Goiás	22.635	14,6
	Rio Verde	2.041	68,9
	Jataí	1.883	63,8
	Mineiros		
1995/96	Brasil	487.305	7,1
	Centro-Oeste	70.278	27,2
	Goiás	27.360	20,9
	Rio Verde	2.171* (1.570**)	6,4
	Jataí	1.554	-17,4

Mineiros

* Soma total do município de Rio Verde, Castelândia, Montividiu e Santo Antônio da Barra. **Dados do atual município de Rio Verde
Fonte: IBGE Censos Agropecuários

A introdução dos tratores e das colhedoras influenciou diretamente as relações da mão-de-obra, pois, se antes as propriedades rurais necessitavam de um contingente expressivo para a sua manutenção e desenvolvimento das atividades econômicas, passa-se então a restringir o número de funcionários diretamente ligados às atividades rurais.

Observa-se que o processo de Modernização da Agricultura e sua mecanização interferiram diretamente no crescimento populacional e no êxodo rural. Observamos que as porcentagens da participação da população rural são reduzidas com intensidade a partir da década de 1960 (Tabela 3).

Tabela 3. Brasil, Centro-Oeste, Goiás, Rio Verde, Jataí e Mineiros:
População total, urbana e rural

Ano		Total	Urbana	%	Rural	%
1960	Brasil	70.992.343	32.004.817	45,1	38.987.526	54,9
	Centro-Oeste	2.678.380	995.171	37,2	2.358.218	88,0
	Goiás	1.954.862	599.404	30,7	1.355.458	69,3
	Rio Verde	40.390	11.684	28,9	28.706	71,1
	Jataí	27.985	14.022	50,1	13.963	49,9
	Mineiros	-	-	-	-	-
1970	Brasil	94.508.583	52.904.744	56,0	41.603.839	44,0
	Centro-Oeste	4.629.640	2.358.218	50,9	2.271.422	49,1
	Goiás	2.460.007	1.134.242	46,1	1.134.242	46,1
	Rio Verde*	56.740	27.681	48,8	29.059	51,2
	Jataí	42.505	27.864	65,6	14.908	35,1
	Mineiros	15.790	10.183	64,5	5.607	35,5
1980	Brasil	121.150.573	82.013.375	67,7	39.137.198	32,3
	Centro-Oeste	7.003.515	4.950.203	70,7	2.053.312	29,3
	Goiás	3.229.219	2.172.965	67,3	1.056.254	32,7
	Rio Verde	76.681,0	56.982	74,3	19.699	25,7

	Jataí**	55.420,0	44.559	80,4	10.861	19,6
	Mineiros					
1991	Brasil	146.917.573	110.990.990	75,55	35.926.583	24,5
	Centro-Oeste	9.412.242	7.648.757	81,26	1.763.485	18,7
	Goiás	4.018.903	3.247.676	80,8	771.227	19,2
	Rio Verde	95.894	83.725	87,3	12.169	12,7
	Jataí	65.921	55.557	84,3	10.364	15,7
	Mineiros	31.023	26.638	85,9	4.385	14,1
2000	Brasil	169.590.693	137.755.550	81,2	31.835.143	18,8
	Centro-Oeste	11.616.745	10.075.212	86,7	1.541.533	13,3
	Goiás	4.996.439	4.390.660	87,9	605.779	12,1
	Rio Verde***	116.559	106.109	91,0	10.450	9,0
	Jataí****	75.417	68.785	91,2	6.632	75.417
	Mineiros	38.881	34.523	88,8	4.358	38.881

Fonte: Censo Demográfico IBGE e PNAD

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro. *Computados os distritos de Castelândia, Montividiu e Santo Antônio da Barra emancipados partir de 1991 do município de Rio Verde. ** Computados os dados dos distritos de Perolândia e Aparecida do Rio Doce emancipados a partir de 1991 do município de Jataí. *** Apenas dados do município de Rio Verde. **** Apenas dados do município de Jataí

A mecanização das lavouras de grãos obrigou a mão-de-obra totalmente despreparada para manipular os Pacotes Tecnológicos, obrigou que se qualificasse para atingir os objetivos de alta produção e produtividade planejados. A necessidade da qualificação dos trabalhadores manifesta-se na criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, em 1967, que passou a qualificar e fornecer mão-de-obra para as lavouras do município e região.

A mecanização da agricultura resultou não apenas nas transformações das relações entre o capital e o trabalho, mas também na essência do espaço natural dos cerrados. Houve o aumento das áreas de plantio, intensificando-se dessa forma os desmatamentos, e reduzindo o bioma natural e suas relações da cadeia alimentar.

Ao contrário da pecuária extensiva praticada antes da década de 1970, as lavouras de grãos utilizaram o plantio convencional, que é inadequado para os solos do município, que apresentam um clima tropical,

e as técnicas utilizadas eram para os climas de temperaturas mais frias. Para Graziano Neto (1985: 97)

O errôneo manejo dos solos em condições de agricultura tropical tem levado solos a perderem fertilidade (pela destruição de matéria orgânica, pela eliminação de microvida, pela lixiviação dos nutrientes) e a perderem a sua estabilidade física, ficando sujeitos à compactação e erosão. De complexos sistemas vivos, transformam-se em matéria estéril e inerte, alterando profundamente as condições de reprodução das plantas.

Assim, ao mesmo tempo em que ocorrem as introduções de novas técnicas agrícolas e as transformações da paisagem do espaço agrário do município e do Sudoeste Goiano, surgem outros elementos até então desconhecidos dos produtores rurais.

INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A realidade da nova distribuição industrial nacional baseia-se na busca de suas matérias-primas nas áreas de origem, barateando os custos com a mão-de-obra e fugindo dos sindicatos. O desenvolvimento e expansão das rodovias e demais sistemas de transporte também são fatores importantes para este processo de descentralização. Atualmente a transformação do espaço geográfico brasileiro é um fato concreto e diferenciado da industrialização da década de 1950, quando a indústria concentrava-se e gerava desigualdades nacionais. Por outro lado, o fato que a aproxima e se assemelha ao processo de hoje com o da década de 1950 é a intervenção do Estado, que, mesmo com um modelo econômico neoliberal, é um elemento decisivo na distribuição industrial no espaço nacional.

A modernização da agricultura foi o primeiro passo para a formação e consolidação da agroindústria. A produção de matérias-primas passou por transformações e agregam valores aos produtos primários. Interferem nas relações entre a produção agropecuária e as plantas industriais, que exigem maior volume de produção e de qualidade de tais matérias-primas.

A introdução de tecnologia e novas técnicas de produção intensificam a importância dos municípios no contexto econômico nas variadas escalas de atuação, expuseram Rio Verde, Jataí, Mineiros e o

Sudoeste Goiano às aberturas de novas modalidades de produção e produtos.

A industrialização da agricultura seria uma próxima etapa da modernização agrícola, pois neste momento temos uma relação da indústria não mais como fornecedora de insumos e máquinas agrícolas, e sim como consumidora de matérias-primas e/ou produtos semielaborados. Para Kageyama et al. (1990: 113-114),

A “industrialização da agricultura” envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da industrialização. (...) A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção, e para produzir ela depende dos insumos que leva e recebe de determinadas indústrias; e não produz apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

Desta forma, o processo de modernização da agricultura é irreversível, pois a industrialização da agricultura obriga os produtores a manterem a produção e a produtividade compatíveis com a tecnologia injetada nas plantas industriais e com as necessidades dos mercados consumidores.

O circuito da soja, como denomina Arroyo (2003), implicou nas alterações da divisão do trabalho ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Nítida é a transformação do espaço de Rio Verde, Jataí e Mineiros de produtor de matérias-primas para produtos alimentícios industrializados que são exportados para o mercado internacional.

O Estado foi um dos responsáveis pela constituição do CAI (Complexos agroindustriais), viabilizando a industrialização pesada do país através de investimentos públicos no setor da indústria de base nacional (siderurgia, infraestrutura etc.) e promovendo posteriormente a produção de fertilizantes e defensivos para atender à agricultura nacional. E também como elemento principal da propagação dos Pacotes Tecnológicos, através de instituições públicas como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a criação de linhas de créditos com juros favoráveis para aquisição e a produção dos Pacotes Tecnológicos.

Na década de 1990 a oferta de matérias-primas de qualidade aliada aos incentivos fiscais possibilitou a instalação de novas plantas agroindustriais diferentes das tradicionais processadoras de soja.

O marco da Industrialização da Agricultura no Sudoeste Goiano foi a fundação da COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) em 1975 por um grupo de 67 produtores rurais do município de Rio Verde dos quais apenas 31 produtores participaram do capital social com uma quota de aproximadamente US\$ 4 mil cada. Através do SAC (Serviço de Assistência ao Cooperativismo), promovia reuniões com o intuito de destacar os pontos positivos do sistema cooperativista e dos benefícios dados pelo Governo Federal por intermédio de seus órgãos.

A princípio, os produtores rurais visavam melhorar suas condições de produção através da compra de sacarias, óleo lubrificante e da secagem e estocagem da produção de arroz e milho. Eram as duas principais culturas da época, compradas por cerealistas da região de Uberlândia (Minas Gerais), que ditavam os preços a serem praticados. Por outro lado, também almejavam adquirir insumos com preços e qualidade favoráveis para a produção rural.

O Governo Federal fomentou a criação e a expansão das cooperativas por meio do Banco do Brasil e do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo). Por meio de recursos com juros subsidiados, as cooperativas financiavam as construções de silos e armazéns, estruturando o quadro administrativo das cooperativas nos setores de comercialização. A COMIGO participou do processo de Modernização da Agricultura através da utilização dos recursos dos Pacotes Tecnológicos (máquinas, insumos, fertilizantes, sementes, defensivos), promovendo o aumento das áreas dos produtos agroexportáveis.

Em 1980, nas cidades de Jataí e Acreúna são abertas lojas de consumo, peças e acessórios para máquinas agrícolas. Nesse ano ainda, ocorre à primeira exportação de soja para a Europa, mais precisamente para a Suíça.

Com recursos do BNCC, no ano de 1981, tem início a construção da unidade esmagadora e refino de óleo de soja e de três armazéns graneleiros para suporte do complexo industrial. Em 1983, tem início o esmagamento de soja que apenas atendia à produção dos subprodutos como o óleo bruto e o farelo. O ano de 1984 é marcado pelo refino e envasamento do óleo de soja e da construção do laboratório de análises de

solos e de patologia animal. Já 1985, entra em atividade a fábrica de sabão que utiliza os resíduos da fábrica de óleo de soja.

A COMIGO transforma-se em empresa inovadora de novas atividades agropecuárias, por meio da implantação/divulgação/comercialização dos Pacotes Tecnológicos junto aos seus cooperados, pela agroindústria processadora, através da comercialização, armazenagem e esmagamento de soja, refino do óleo de soja, laticínio, beneficiamento de algodão, beneficiamento e empacotamento de arroz, fabricação de sabão, de rações e fertilizantes, sal mineralizado.

Segundo Campos (1999), a COMIGO cresce na década de 1980 devido a três fatores externos: as políticas públicas da década de 1970, com grandes volumes de recursos financeiros para o crédito rural subsidiado, aos programas de desenvolvimento regional, com vistas à formação da infraestrutura para a articulação da modernização da agricultura e a política agrícola dos anos de 1980, que reduziu o crédito agropecuário. E ainda há um fator endógeno: a estratégia de crescimento na adoção de inovações tecnológicas.

A cooperativa é utilizada pelo Estado durante as décadas de 1970 e 1980 como instituição de propagação dos Pacotes Tecnológicos, através de linhas de crédito e assistência técnica. Assim, beneficia o grande e médio proprietário/produzidor rural ao contrário dos seus ideais cooperativos do século XIX, que propunham um fortalecimento dos trabalhadores, expropriados dos meios de produção em virtude das inovações da Revolução Industrial.

Os Pacotes Tecnológicos são divulgados e disseminados pela cooperativa, através de eventos denominados de “dia de campo”, que expõem resultados de novas técnicas, insumos e máquinas que visem ao aumento da produção e da produtividade agropecuária. Os resultados são apresentados em propriedades “modelos” para cooperados, profissionais das atividades agropecuárias, estudantes, funcionário do setor financeiro, pesquisadores e até mesmo autoridades (que muitas vezes são produtores rurais).

Oliveira (2003) destaca a importância das cooperativas em relação à comercialização da soja. De fato, elas desde 1974, detinham 56% do total exportado pelo Brasil. A COMIGO não se distancia da realidade da época, pois há a necessidade de agregar valor à soja, beneficiando-a e transformando-a em farelo e óleo.

A COMIGO ao ritmo que investe e atrai investimentos, insere-se nos padrões tecnológicos modernos e realiza transformações não apenas no espaço agrário dos municípios onde está presente como também provoca uma organização/configuração territorial, envolvendo as atividades sociais, econômicas e políticas.

Para Fajardo (2007), as cooperativas funcionavam como empresas e entidades sociais com ideais coletivistas e o anseio do acúmulo de capital. O conjunto destes elementos e a intensificação das relações entre a agropecuária e a indústria impôs um sistema de relações capitalistas inter setoriais (indústria e campo), obrigando as cooperativas a adotarem cada vez mais as necessidades de acúmulo de capital na busca de manter-se no mercado.

A COMIGO expressa esta necessidade de funcionar como empresa privada, olvida-se dos seus ideais coletivistas na procura de manter seus fluxos de capitais e a sobrevivência da cooperativa como empresa de economia de mercado.

A variedade de produtos e a busca de novos mercados consumidores levam ao aperfeiçoamento e modernização do seu parque industrial e à imposição de valores de mercado aos produtos e serviços contratados pelos cooperados.

O AGRONEGÓCIO: ATUAL FASE DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

As relações do campo e da cidade criam uma simbiose, uma vez que a cidade concentra as atividades de serviços, comércio e indústria, por outro lado, o campo produz as matérias-primas necessárias na complexa cadeia produtiva do agronegócio de toda a produção agropecuária e industrial. Gasques define (2004: 8)

[...] o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários, a sua transformação, até o seu consumo. Esta cadeia incorpora todos os serviços de apoio, desde a pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (dealers), bolsas, industrialização, até o consumidor final.

De acordo com esta definição, o agronegócio manifesta-se, no espaço do Sudoeste Goiano, com maior ênfase nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, por meio dos serviços de pesquisa e assistência técnica nas atividades agropecuárias realizadas pela COMIGO e Universidade de Rio Verde, IFGoiano Rio Verde (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano campus Rio Verde), UFG (Universidade Federal de Goiás – Jataí) IFG Jataí (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás campus Jataí). O processamento dos produtos agropecuários, com ênfase para a soja, milho, sorgo, aves e suínos, ocorre nas plantas industriais da COMIGO, BRF, Kowalski Alimentos (óleo e farelo de soja), Cargill (óleo e farelo de soja), Cereal (rações animais, óleo e farelo de soja) e Adubos Moema. Os recursos financeiros são gerenciados pelo Banco do Brasil que administra as linhas de crédito para o setor industrial, agropecuário e agroindustrial. Na mesma instituição financeira, os produtores rurais podem comercializar sua produção diretamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) de São Paulo e Bolsa de Valores de Chicado. A produção agropecuária e agroindustrial é transportada por empresas que deslocam as mercadorias a serem exportadas para os portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná) e para o mercado consumidor interno.

O agronegócio é, portanto, constituído de setores que envolvem a área de produção agropecuária até a sua distribuição ao mercado consumidor nacional e internacional. Já Girardi e Fernandes (2006: 8) afirmam que:

[...] para que uma atividade agropecuária seja classificada como agronegócio ela deve apresentar características como: 1) necessidade de grandes estabelecimentos agropecuários e concentração fundiária; 2) utilização intensiva de tecnologias e máquinas em detrimento ao trabalho humano; 3) danos ambientais em grande escala; 4) utilização de grandes quantidades de água no cultivo irrigado; 5) presença de modificações genéticas para melhoria de sementes ou rebanhos; 6) concentração de capitais; 7) gozo de facilidades de empréstimos de bancos devido à terra, possível de ser dada como garantia de pagamento; 8) predominância de relações de trabalho de assalariamento; 9) dependência de insumos e equipamentos importados e; 10) direcionamento da produção majoritariamente para mercado internacional. A soja, algodão, cana-de-açúcar, milho, laranja e carne bovina são os principais produtos do agronegócio brasileiro.

O agronegócio é a etapa mais agressiva da modernização da agricultura, impõe regras biológicas, legais, comportamentais tanto para a sociedade, como para os próprios elementos da natureza que reproduz.

A viabilidade econômica e técnica do agronegócio são concretizadas pelas ações do Estado que legitima via leis, financiamentos e planejamento dos espaços para a reprodução dessa atividade econômica.

Afirmamos que os elementos espaciais os quais Elias (2013) aplica para delimitar as RPA os quais o Sudoeste Goiano, se enquadra, com evidência para os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros. A autora utiliza os seguintes elementos para definir esse tipo de região

A especialização funcional da cidade e incremento da economia urbana; crescimento do consumo produtivo agrícola (comércio e serviços especializados para o agronegócio); a gestão urbana do agronegócio; a formação de novas horizontalidades e incremento das relações campo-cidade a partir dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de commodities agrícolas ou importante produto agrícola ou agroindustrial; aumento das verticalidades inerentes às produções agrícolas e agroindustriais hegemônicas; aumento dos fluxos diários (de matéria-prima, de trabalhadores, de capital, de tecnologia, de informação etc.) entre alguns dos espaços urbanos não metropolitanos pertencentes às Regiões produtivas do agronegócio; o crescimento da urbanização; a diminuição da população rural; crescimento da categoria do trabalhador não rural; aumento da centralidade urbana no âmbito da Região produtiva do agronegócio; reforço das grandes empresas associadas às redes agroindustriais como importantes agentes produtores do espaço agrícola, urbano e regional; o crescimento e renovação da materialidade do espaço urbano; reestruturação do centro da cidade; a formação de novas centralidades mediante instalação de novos agentes econômicos e de grandes equipamentos urbanos (shopping centers, hipermercados, locais para feiras de eventos etc.); o aprofundamento da urbanização corporativa e o aprofundamento das desigualdades sociais.” (Elias, 2013: 27-28)

As cidades são bases essenciais para esse processo, nelas estão os agentes financeiros públicos e privados, os trabalhadores das plantas industriais, dos serviços, dos órgãos públicos que regulamentam as atividades do agronegócio, os centros de comercialização e de decisões

que serão tomados no campo. Tal processo é explicitado por Elias e Pequeno (2005: 15)

O dinamismo da produção do território brasileiro nas últimas décadas pode ser revelado pela reestruturação produtiva da agropecuária e da indústria; pela expansão do comércio e dos serviços; pelas novas localizações da indústria, em parte propiciada pela luta dos lugares pelos investimentos produtivos; pela expansão das indústrias de base tecnológica; pelo aumento da quantidade e da qualidade do trabalho intelectual; pela expansão de novas formas de consumo; pelos intensos movimentos migratórios, entre outros.

O processo descrito pelos autores é nítido na formação do espaço geográfico do Sudoeste Goiano com destaque ao município de Rio Verde, Jataí e Mineiros. As atividades agropecuárias foram transformadas pela inserção de novas técnicas e tecnologias a partir da década de 1970, por meio da modernização da agricultura. Os dados sobre a utilização de máquinas agrícolas, tratores e da produção e produtividade agrícola enfatizam estas transformações do setor produtivo agropecuário. Assim, Elias e Pequeno, (Ibidem: 21) denotam que

As cidades do agronegócio no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP) são exemplos de cidades do agronegócio.

Portanto, segundo Girardi e Fernandes (2004) e Elias (2013) o Sudoeste Goiano e as cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros enquadram-se nas características do Agronegócio, pois

A existência de grandes propriedades rurais com concentração fundiária, segundo o censo do agropecuário de 1995-96, existe 53,8% das propriedades rurais com mais de 100 hectares e ocupam 93% das áreas dos estabelecimentos rurais do município.

A população rural é em média de 9% total do município (IBGE, 2004) o que deixa claro que as atividades agropecuárias são mecanizadas, não absorvendo mão-de-obra;

As modificações genéticas das lavouras e dos rebanhos são observadas nos elevados índices de produtividade,

A concentração de capitais é representada pela concentração de terras e ainda, pela presença de grandes empresas agroindustriais como a COMIGO, BRF, Orsa Papel e Celulose, Cargill, Kowalski Indústria e Comércio.

Os empréstimos e linhas de financiamentos presentes nas atividades do agronegócio de Rio Verde são o FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste), FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), Recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Leis Municipais de isenção de impostos e ainda, Leis Estaduais de fomento à industrialização.

Uso de máquinas e tratores de grande e médio porte oriundos de empresas multinacionais (Ford, John Dear, Massey Ferguson) e a presença de produtos químicos de empresas multinacionais como a Monsanto, Bayer, A produção agropecuária do município é baseada na produção de soja, exportada em forma de farelo e grão para mercado internacional. A produção de 95% da produção de suínos é direcionada para o mercado russo e a produção de aves destina principalmente para o mercado asiático e europeu.

Para Castro (2000: 5),

O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas, e, estas possuem entre seus componentes, os sistemas produtivos que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. Operando como contexto, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de instituições de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no desempenho do agronegócio.

Conforme a definição de Castro, o agronegócio consolida-se em determinado espaço por meio das ações do Estado, suas instituições e mecanismos econômicos e tecnológicos. Este processo é nítido no município de Rio Verde, que constituiu esta cadeia produtiva ao longo das décadas de 1970 a 1990.

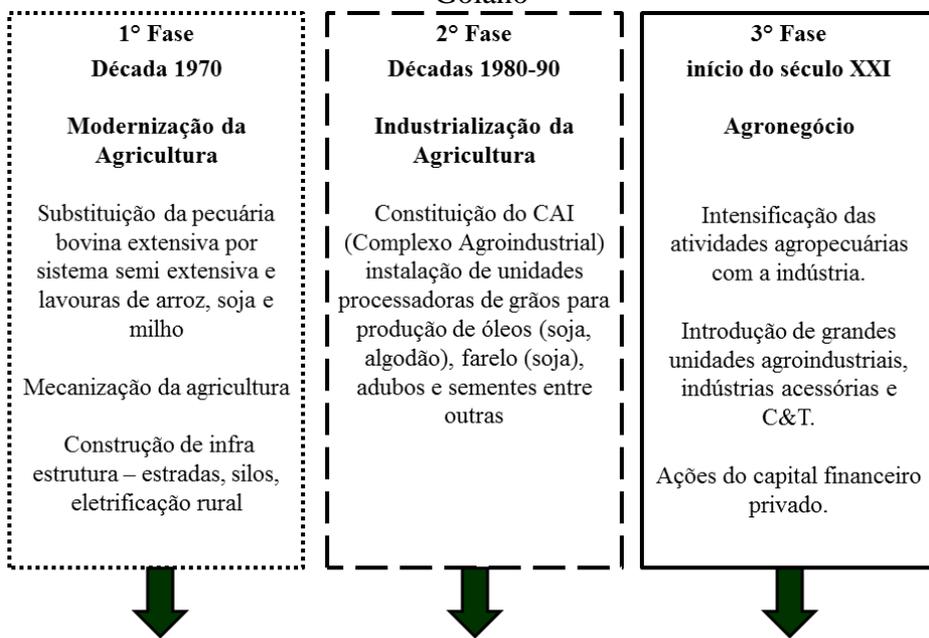
O agronegócio é a cadeia da produção agroindustrial, inserida no contexto do processo de globalização. A produção é determinada pela capacidade de consumo das unidades industriais, que por meio das empresas multi e transnacionais inserem novas tecnologias no campo para garantir o abastecimento de matérias-primas às plantas industriais.

A circulação de capitais e tecnologia no agronegócio evidencia a dependência tecnológica e econômica dos países subdesenvolvidos economicamente que ficam à mercê das inovações tecnológicas desenvolvidas pelos países mais articulados economicamente.

A Modernização e Industrialização da Agricultura fortaleceram as relações de produção agropecuária e industrial, levando à construção do agronegócio. Este, por sua vez, impõe novas relações socioeconômicas no espaço do município de Rio Verde e do Sudoeste Goiano, intensificando e aprimorando as relações capitalistas mundiais no espaço local e regional.

A construção do Agronegócio (Figura 5) no Brasil e o Sudoeste Goiano não ocorrem apenas com instalação de unidades industrial processadoras de grãos, aves, suínos, leite, carne bovina e suína. Devemos compreender o Agronegócio como um processo contínuo e aperfeiçoado pelo capital em explorar os elementos do espaço/território, torná-los em mercadorias e obviamente em lucro das empresas.

Figura 3. Fases da construção do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano



POLÍTICAS E FINANCIAMENTOS PÚBLICOS

Autor: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Fica evidente que o Agronegócio não foi um ato planejado nos últimos anos, foi sim, um processo previsto pelo capital com ajuda de leis, financiamentos e planejamentos públicos para incorporar o espaço do Sudoeste Goiano.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que o processo de transformações da agricultura brasileira o Estado foi essencial para introdução dos Pacotes Tecnológicos essenciais para transformar os campos de pecuária bovina extensiva em grandes lavouras de grãos. Estes primordiais para o abastecimento de matérias primas para as agroindústrias. Todavia a Modernização da Agricultura transformou o campo em consumidor de produtos industrializados e financiamentos gerando uma relação de dependência do campo e do Brasil com empresas multinacionais que produzem e comercializam produtos da agricultura moderna.

Legaliza-se com a Modernização da Agricultura a concentração fundiária, a expropriação da terra pelos agricultores de pequeno porte, a devastação dos elementos naturais do Cerrado, o êxodo rural e a concentração de riqueza nas mãos da oligarquia agrária.

O aperfeiçoamento da produção agrícola, a padronização dos produtos finais, as altas taxas de produção e produtividade e a possibilidade financeira e política em instalar unidades agroindustriais das cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros criam uma nova cadeia produtiva do CAI (Complexo Agroindustrial) de grãos (soja e milho principalmente). As unidades industriais permitem agregar valor as matérias-primas o que leva a reduzir os custos com transporte e torna os produtos mais competitivos. Porém, a maior importância do CAI foi a consolidação da Região Sudoeste não apenas como produtora de soja e milho, mas como região capaz de suportar novas relações entre campo-indústria-cidade.

Assim, o Agronegócio se apropriou dessas relações e impôs novas relações como a intensificação das pesquisas no campo agropecuário, obrigou a padronizar e aumentar ainda mais a produção e produtividade dos grãos e introduziu mais uma cadeia produtiva, a de aves e suínos.

O Agronegócio e suas relações só conseguiram ter êxito no Sudoeste, com destaque nas cidades de Rio Verde, Jatai e Mineiros, pois o Estado deu aporte financeiro e legal para que estas novas unidades/empresas se instalassem.

O Agronegócio é o processo atual de dominação encontrado pelo capital financeiro o qual possibilita os empréstimos as agroindústrias e os produtores rurais a adquirirem os equipamentos, produtos das indústrias de químicas, de insumos e máquinas agrícolas, equipamentos para granjas etc.

Os resultados socioambientais das atividades do Agronegócio ainda irão ser detectados no espaço do Sudoeste e com certeza atingirão as populações locais tanto nos aspectos positivos e negativos.

BIBLIOGRAFÍA

- Ab'saber, A. N. (2003). Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Atêlie Editorial.
- Aguiar, R. C. (1986). Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília CNPq.
- Arroyo, M. (2003). Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (organizadora). Al.. Território brasileiro: usos e abuso. Campinas: Edições Territorial, 2003. (p.428-57)
- Balsan, R. (2006). Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, 1(2):123-151. Disponível desde Internet en: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=2>>
- Campos, Ch. S. S. (1999). Complexo Agroindustrial, sob a forma de cooperativas, ocupação e uso do cerrado: o caso da COMIGO em Rio Verde/GO. 1999. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA Instituto de Estudos Socio-ambientais, UFG Universidade Federal de Goiás, Goiânia – Goiás,
- Castro, Gomes de., A. M. (2000). Análise da competitividade de cadeias produtivas. Manaus: EMBRAPA 2000. Disponível desde Internet en:

- http://www.temasemdebate.cnpem.embrapa.br/textos/anal_co_mpet_cadeias_produtivas_cp.pdf
- Castro, A. C. e Fonseca, M. da G. (1995). A dinâmica do Centro-Oeste. Brasília: IPEA.
- Coutinho, L. M. (2002). O bioma do cerrado. In: Klein, Aldo Luiz. Eugen Warming e o cerrado brasileiro: um século depois. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado.
- Elias, D. (2003). Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Elias, D. (2013). Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013:13-32.
- Elias, D. e Pequeno, R. (2005). Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. *Terra Livre*, 2 (25):13-33.
- Fajardo, S. (2007). Discussões sobre territorialidade econômica e as transformações na paisagem e no espaço rural pela ação de *trades* agrícolas e cooperativas no Paraná. *Campo Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, 2 (3): 17-39. Disponível desde Internet em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=3>>
- Fundação João Pinheiro. (1985). A ocupação do cerrado: alguns aspectos do POLOCENTRO. *Belo Horizonte*, 15(5/6).
- Gasques, J. G. et ali. (2004). Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA - DISET – Diretoria de Políticas e Estudos Setoriais, 2004. Disponível desde Internet em: <<http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/agronegocio.pdf>>.
- Girardi, E. P.; Fernandes, B. M. (2004). Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. In: 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Gramado-RS : UFRGS, 2004. v. 1.
- Graziano Neto, F. (1985). Questão agrária e ecologia. São Paulo: Brasiliense.
- Hess, D. R. (1987). A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70. *Revista Brasileira de Geografia* 49(1):197-257.
- IBGE. Censo agropecuários do Brasil 1970,1975,1980,1985,1995-96. Rio de Janeiro.

- Instituto Mauro Borges (2013). Regiões de Planejamento do Estado de Goiás 2013. Disponível desde Internet en: <<http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/sep/sep/down/regplan2013.pdf>>
- Kageyama, A. (coordenadora). (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. Delgado, G.; Gasques, J.G.; Verde, C.; Monteiro, V. (organizadores). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA1990.
- Oliveira, H. de. (2003). Territorialidades agroindustriais e o reordenamento da dinâmica agrária regional: o caso da Perdigão em Rio Verde/GO. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Saquet, M. A. (2006). Campo-Território: considerações teórico-método. Campo-Território: *Revista de Geografia Agrária, Uberlândia* 1(1):60-81. Disponível desde Internet en: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=1>>. Acessado 24 mai. 2007.